

1
2
3
4
5
6
7
8
9

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 14H e 30 min NO AUDITÓRIO DA LACTEC. PRESIDIDA PELO SR. ALLAN JONES DOS SANTOS E SECRETARIADA PELO SR. PAULO R. CASTELLA, SECRETÁRIO EXECUTIVO.

10 **O Sr. Allan Jones dos Santos:-** Boa tarde a todos. Solicito ao Sr. Secretário
11 Executivo que verifique se há quorum para iniciarmos a 72ª Reunião Ordinária do
12 Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA. Havendo quorum passaremos à discussão
13 e aprovação da Ata da 71ª Reunião Ordinária. Essa Ata foi encaminhada a todos os
14 Senhores e perguntamos se há necessidade de fazer a leitura da mesma. Os Conselheiros
15 que são pela aprovação se manifestem.

16 **O Sr. Roberto Gava (FIEP):-** Tenho algumas observações. Boa tarde Senhoras e
17 Senhores. Na linha 275 da ata 71ª, sou citado e ficou muito truncada minha colocação.
18 Proponho mudar para o seguinte texto, sem alterar a essência, somente dando mais
19 clareza ao texto. “O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Quero propor a este Conselho uma moção
20 cuja redação apresentarei até o final desta reunião, objetivando levar ao INCRA a total
21 contrariedade deste Conselho, relativamente à implantação de assentamentos sociais
22 dentro da APA Serra da Esperança. Os fatos já acontecidos me deixam de nariz vermelho,
23 aquele dos palhaços, pois há 3 anos uma comissão composta por Conselheiros, eu,
24 incluído, foi até o interior da APA meses antes do INCRA autorizar a instalação de um
25 assentamento. No retorno a esta Comissão relatou que ainda era possível obstaculizar tal
26 intenção do INCRA, mas, as manifestações deste Conselho foram em vão”. Pediria
27 acrescentar este texto em substituição ao que está ali. Obrigado.

28 **O Sr. Allan Jones dos Santos:-** Os Conselheiros que aprovam a Ata com essa
29 alteração, permaneçam como estão – APROVADA. Pergunto aos Srs. Conselheiros se há
30 proposta de inversão da pauta ou inclusão de algum assunto.

31 **A Sra. Vânia Mara M. dos Santos (ING):-** Gostaria de incluir um questionamento
32 com relação às pequenas centrais hidrelétricas na Região Centro-Sul do Paraná,
33 principalmente no Rio dos Patos que a gente soube de algumas aprovações e gostaria de
34 ter maiores informações sobre isso.

35 **O Sr. Allan Jones dos Santos (SEMA):-** Os Conselheiros que concordarem com
36 essa inclusão de pauta.

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

37 O **Sr. Nivaldo Eduardo Rizzi** (SETI):- Acho que mudança de pauta, é introdução de
38 um assunto diferente, tem que ter o escopo para saber o que está se discutindo. Se for
39 uma questão de informe para podermos decidir em uma outra reunião, tudo bem! Os
40 assuntos de pauta têm que ter o documento antes para poder discutir na hora da reunião
41 com um certo conhecimento de causa. Sou contrário a alteração da pauta.

42 O **Sr. Allan Jones dos Santos** (SEMA):- A pauta deve ser previamente agendada,
43 mas, os informes podem ser colocados. Refaço a pergunta: se há inversão de pauta e se
44 tem algum assunto que precisa ser colocado para a próxima reunião?

45 A **Sra. Vânia Mara M. dos Santos** (ING):- A minha solicitação é no sentido de que
46 sejam trazidas informações para a próxima reunião podermos discutir este assunto.

47 O **Sr. Allan Jones dos Santos** (SEMA):- Vamos para o item 2 da pauta: Discussão
48 e votação da transcrição Ipsi Verbis da 71ª Reunião Ordinária. Com a palavra o Secretário
49 Executivo.

50 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo do CEMA):- Com relação a
51 aprovação das transcrições das reuniões extraordinárias é que as atas têm sido aprovadas
52 quando acontecem as extraordinárias. Então fica muito distante a aprovação das
53 extraordinárias. A partir da próxima reunião estaremos adotando a prática de que em toda
54 reunião ordinária será aprovada além da ata da reunião ordinária anterior, também da
55 extraordinária. Acumulando duas atas quando for o caso: da ordinária e da extraordinária.
56 Ficando muito próximo, acho que para vários conselheiros fica melhor até a questão de
57 lembrar o que foi tratado e poder discutir melhor a própria ata.

58 O **Sr. Allan Jones dos Santos**:- Vamos para o quarto item da pauta: Ordem do Dia.
59 Serão discutidos na Ordem do Dia a Moção da BR – 101, que é um assunto que foi
60 discutido na 71ª Reunião; a Resolução 66/08 – *ad referendum* que estabelece
61 procedimentos para a eleição dos representantes das entidades ambientalistas não-
62 governamentais para o período de 2008 a 2010.

63 O **Sr. Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Na reunião anterior ficou
64 para ser aprovada a Moção da BR – 101, que não tendo quorum no final daquela reunião,
65 retiramos de pauta para aprovação nesta reunião. E depois a Resolução 66/08 foi editada
66 *ad referendum* do Conselho. Tem uma Moção e uma Resolução que devem ter aprovação
67 ou não do Conselho. Também tem a questão da Tripartite que está na pauta e seria então
68 a inversão de pauta para a apresentação da Tripartite; e depois como informe a política
69 estadual sobre a erradicação de espécies exóticas invasoras. Também um informe breve
70 dessa política considerando que temos uma Câmara Temática Permanente que trata
71 desse assunto. O pedido de inclusão desse informe sobre a política é saber como
72 podemos integrar essa Câmara Temática dentro dessa política estadual e como o

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

73 Conselho, os membros do Conselho podem estar contribuindo para essa política.
74 Informando que existe a política, o sistema do meio ambiente trata desse assunto e tem
75 uma política para isso. Primeiro gostaria, pela inversão de pauta, a Tripartite apresentando
76 neste momento, se os Senhores aprovam a inversão de pauta? APROVADA a inversão de
77 pauta e a inclusão de pauta da apresentação como informe da política estadual para a
78 questão das espécies exóticas invasoras e um informe sobre as PCHs.

79 **A Sra. Rosana Vicente Gnipper** (SOS Bicho):- Os informes são só para informes
80 ou nós podemos debater, conversar a respeito?

81 **O Sr. Allan Jones dos Santos**:- São só informes realmente. A discussão seria para
82 uma próxima reunião. Hoje serão passadas as informações necessárias sobre o assunto
83 para ser debatido na próxima reunião. Com a palavra a Sra. Débora Albuquerque que está
84 representando hoje a Tripartite.

85 **A Sra. Débora Albuquerque** (SEMA):- Boa tarde a todos. Meu nome é Débora
86 Albuquerque, sou assessora da SEMA junto ao Secretário Rasca. Viemos com a tarefa de
87 apresentar a este Conselho a Comissão Técnica Tripartite do Paraná. Começamos a
88 instalar a Tripartite aqui no ano de 2004 e agora restabelecemos esse processo aqui no
89 Estado. As Comissões Técnicas Tripartite são, na verdade, dentro do sistema de meio
90 ambiente, a composição institucional das três esferas de governo, em que se discute a
91 política nacional e a política estadual de meio ambiente, a forma como a política estadual
92 vem sendo focada aqui no Estado: a prioridade de alguns temas e como eles são tratados.
93 Essa composição, essa organização, nós trabalhamos com um grupo de trabalho,
94 trabalhamos com um plenário maior que são todas as pessoas que representam as suas
95 instituições como o IBAMA, a SEMA, o IAP e os Municípios – Associação Nacional dos
96 Municípios e Associação dos Municípios do Paraná. A Tripartite vem responder a uma
97 determinação, uma deliberação que já foi feita desde a Conferência Nacional de Meio
98 Ambiente em 2003, em que na gestão da Ministra Marina Silva – então à frente do
99 Ministério de Meio Ambiente, define as seguintes diretrizes para a Política Nacional de
100 Meio Ambiente: o desenvolvimento sustentável; a participação e o controle social; a
101 transversalidade; a política integrada de governo e o fortalecimento do Sistema Nacional
102 de Meio Ambiente.

103 Essa diretriz de desenvolvimento sustentável pressupõe uma perspectiva ética em
104 que o conceito de desenvolvimento econômico vem articulado com as dimensões sociais e
105 ambientais. Então não há como pensar política pública, hoje, ou qualquer política que seja
106 sem levar em conta principalmente as dimensões sociais e ambientais.

107 A diretriz do desenvolvimento sustentável é a priorização e a institucionalização de
108 espaços de planejamento e participação social, além de outras formas de controle público.

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

109 Ai tem desde a gestão no Ministério do Meio Ambiente com a ministra Marina Silva, foram
110 realizadas a primeira, segunda e a terceira Conferência Nacional de Meio Ambiente. Fora
111 isso as audiências públicas, as consultas públicas, então criou-se uma dimensão muito
112 importante sobre a questão da participação e controle social, sobre o desenvolvimento
113 sustentável.

114 A diretriz da transversalidade. Essa diretriz pressupõe uma política integrada e
115 compartilhada de governo. É em cima disso que a Tripartite assenta as suas discussões:
116 em trabalhar as três esferas de governo. A dimensão institucionalizada, mas, sempre
117 compartilhada da gestão. A preocupação é não estar desperdiçando nem tempo, nem
118 energia e estar compartilhando a forma de se fazer a política ambiental para que ela
119 realmente dê resultados. Porque, de repente, o Estado fica fazendo a política ambiental de
120 uma forma, não consegue chegar no município e o SISNAMA, enfim, não consegue se
121 fortalecer.

122 A diretriz de transversalidade é: “Citar a agenda com a Associação Brasileira da
123 Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB), para discussão dos grandes temas relativos
124 ao meio ambiente e infra-estrutura e o Acordo de Cooperação Técnica com o Fórum
125 das Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais (FBOMS), visando o
126 aperfeiçoamento das Políticas Públicas Ambientais para o Desenvolvimento
127 Sustentável”. Essa dimensão ambiental e social é uma ação de toda a política e uma ação
128 de todos os ministérios. Sempre quando se for falar em política pública que esteja
129 realmente contemplado a dimensão social e ambiental.

130 E essa, então, é a principal diretriz em que se assenta a Tripartite. Estratégias e
131 sustentação das políticas sociais e ambientais de tal forma que o Estado brasileiro seja
132 capaz de responder aos desafios e a complexidade imposta pela perspectiva de
133 sustentabilidade.

134 Nessa relação aí está o fortalecimento da Comissão Técnica Tripartite Nacional – a
135 Tripartite se organiza nos Estados. Mas, ela tem uma organização também em âmbito
136 nacional e dialoga com as Tripartites estaduais. Uma das principais tarefas das Comissões
137 Técnicas e das Comissões Técnicas Tripartite Estadual e a Nacional é a regulamentação
138 do art. 23 da Constituição, no que diz respeito à cooperação entre as três esferas de
139 governo na gestão ambiental. E aí uma dessas principais coisas que estão colocadas no
140 art. 23, inclusive agora com a gestão do Ministro Carlos Minc, é a discussão sobre o
141 licenciamento ambiental e como isso deve ser realizado pelos municípios. Essa vai ser
142 uma discussão bastante grande em que a gente vai estar também buscando esforços –
143 chamando o Ministério Público para o debate, chamando o Ministério do Meio Ambiente
144 para o debate e, claro, este Conselho como órgão definidor da política do Estado.

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

145 O desdobramento da Resolução 237/97, do CONAMA, para definir no âmbito dos
146 Conselhos Estaduais do Meio Ambiente a definição das tipologias de atividades de impacto
147 local que é uma questão bastante polêmica dentro dessa discussão sobre licenciamento. E
148 aprovado numa das últimas reuniões da Comissão Técnica Tripartite Estadual que é
149 composta por José Álvaro Da Silva Carneiro, Nilton M. Da Silva, José Otávio Cardoso
150 Consoni, Marcelo Alberto Gorski Borges, Lindsley Da Silva Rasca Rodrigues, Débora De
151 Albuquerque Souza, Vitor Hugo Ribeiro Burko, José Luiz Bolicenha, Cláudio Renato
152 Wojceikiwicz, Gerson Da Silva, Henrique Ludovico Deckmann e Olivério Konig Pacheco. O
153 Programa Nacional de Capacitação de Gestores, este Programa já tem uma minuta de
154 projeto e estará capacitando, aproximadamente, 1500 gestores públicos aqui no Estado
155 com todos os municípios, abrangendo todos os municípios e chamando a todos para uma
156 etapa presencial e uma segunda etapa então à distância. É uma capacitação sobre a
157 política nacional e sobre a política estadual do meio ambiente.

158 Foi criado, também, um grupo de trabalho dentro da Tripartite, onde estamos
159 começando a reformatar uma proposta de projeto e que futuramente, antes de começar a
160 executar, passa por este Conselho – o PNC para aprovação. A implementação do Sistema
161 Nacional de Informações sobre Meio Ambiente que, a partir daí, vamos ter também na
162 página dos municípios a situação administrativa sobre a gestão ambiental em cada
163 município. Nossa perspectiva é de trabalhar a formação do gestor com essa possibilidade
164 também de que ele tenha uma capacidade de estar informado – porque isso é público, isso
165 deve ser público a forma como a gestão ambiental vem sendo pensada, vem sendo
166 executada no seu município. E o Programa Nacional de Meio Ambiente – o PNMA II – fase
167 III, que a partir deste final de ano vamos começar a entrar num processo de qualificação da
168 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado, sobre os
169 programas do PNMA para podermos acessar os recursos e as políticas dos programas do
170 PNMA – III.

171 A Tripartite funciona com pauta definida, com planejamento. Fizemos já uma
172 reunião de planejamento. Estamos, atualmente, na quinta reunião da Tripartite onde já
173 organizamos alguns grupos de trabalho para tratar de questões específicas que é o
174 Programa Nacional de Capacitação de Gestores; um outro grupo onde vai ser discutido a
175 Gestão Compartilhada – como ela vai se dar, como é que a gente pode unificar um banco
176 de dados numa linguagem para que essas diversas esferas possam dialogar. E um outro
177 grupo de trabalho sobre o Gerenciamento Costeiro. Até agora são três grupos de trabalho
178 e uma oficina que vai acontecer no final do mês de outubro possivelmente, estamos
179 fechando isso com o Ministério do Meio Ambiente sobre o licenciamento ambiental.

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

180 A respeito da Tripartite aqui no Estado do Paraná tivemos, em outubro de 2004,
181 uma reunião de trabalho da Tripartite Nacional, essa Comissão Estadual foi instituída a
182 partir de uma portaria da então Ministra Marina Silva que é quem determina as tripartites
183 estaduais. Então a nossa Tripartite, na verdade, começou a existir a partir do ano de
184 dezembro de 2004 com essa Portaria. Até 2005 ela funcionou apenas com reuniões sem
185 constituir, de fato, grupos de trabalho para definir e conversarem sobre algumas políticas
186 específicas. Aconteceram apenas tratativas de organização sobre a Tripartite, não houve
187 uma definição sobre a discussão de política pública para o Estado. Agora, em 2008, é que
188 retomamos esse processo e pela Tripartite assim como pelo Conselho também passam
189 todas as grandes linhas de políticas públicas que estamos representando aqui no Estado –
190 um PNC, um PNMA, o licenciamento e assim por diante.

191 Temos uma agenda de reuniões, que deve estar no site, que foi elaborada a partir
192 desse planejamento e esses são alguns temas prioritários que foram levantados pela
193 reunião de planejamento na presença de todos os membros da Tripartite: Gestão Florestal;
194 Combate ao Desmatamento; A Gestão Integrada de Resíduos Sólidos que também já tem
195 um termo de referência elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente que a gente vem
196 discutindo para ser implementado aqui no Estado – essa política estadual, esse plano
197 Estadual de Resíduos Sólidos que é urgente. O Gerenciamento Costeiro; o Combate à
198 Desertificação; o Licenciamento Ambiental; as Mudanças Climáticas; o Gerenciamento
199 Ambiental e a TCFA no Estado; a Implementação do PNMA III no Estado; a Política
200 Integrada de Unidades de Conservação no Estado. Esses foram alguns temas que a
201 Tripartite no seu planejamento elencou como prioritários para sua gestão até final de 2009.

202 Aí com as senhoras e com os senhores acredito que deva estar já todo o
203 planejamento com o agendamento das reuniões.

204 Muito obrigada. Estou à disposição para esclarecimentos.

205 O **Sr. Allan Jones dos Santos** (SEMA):- Agradecemos à Sra. Débora pela
206 apresentação e colocamos a palavra aos conselheiros que quiserem se pronunciar. Não
207 havendo interesse, passamos ao segundo informe: a posição da PGE frente ao caso
208 'BHC'.

209 A **Sra. Ana Cláudia Bento Graf** (PGE):- Boa tarde a todos, antes de mais nada
210 peço desculpas pelo atraso. A idéia é repassar, adiantar para vocês qual é a posição da
211 Procuradoria Geral do Estado em relação ao mesmo tema que está sendo debatido na
212 Câmara Temática, ou seja, o que fazer com essas toneladas de agrotóxicos proibidos já
213 desde os anos 80 e armazenados muitas vezes em condições totalmente perigosas e
214 insalubres, causando risco à saúde humana e ao meio ambiente.

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

215 Existe uma proposta de um projeto na qual participam a Suderhsa, o IAP, o INPEV,
216 a Ocepar e a FAEP, também cabe saber exatamente a quem caberia a responsabilidade
217 por esse trabalho todo. A PGE acabou entendendo que é possível fazer esse convênio,
218 porque a proposta original é que o Estado arcasse com 50% do custo do projeto e as
219 demais entidades com percentuais. O IAP entendeu, à época, que essa responsabilidade
220 seria integralmente das empresas que produzem esses agrotóxicos ou até dos que a
221 representam – associações que representam essas empresas. O problema é que muitas
222 vezes esses agrotóxicos são armazenados fora de suas embalagens originais e não se
223 tem como saber qual empresa que o produziu e eles estão lá. E por mais que elas sejam
224 objetivamente responsáveis desde 1981 e nesse ponto concordamos com o IAP, não é só
225 a partir da vigência da Lei de Agrotóxicos que foi modificada em 2000, que as empresas
226 são responsáveis pelo recolhimento das embalagens e os agrotóxicos proibidos
227 eventualmente. Entende-se que é desde 31 de agosto de 1981.

228 Só que temos uma situação de fato que precisa ser solucionada e não se sabe
229 quem são os responsáveis. Então estabelecemos duas hipóteses em que pode haver
230 dispêndio de recursos públicos para o imediato recolhimento desses agrotóxicos. Primeiro
231 se os fiscais e os técnicos da SEAB, da SEMA, da SESA identificarem que esses
232 agrotóxicos em vistoria estão fora de suas embalagens originais, não seja possível
233 identificar as empresas que os produziu. Essa é uma circunstância. A outra que também
234 vai permitir a atuação imediata do Estado são as hipóteses em que apesar de ser possível
235 identificar as empresas que produziram e comercializaram esses agrotóxicos, as condições
236 de armazenamento impliquem em risco à saúde humana e ao meio ambiente. Isso não vai
237 significar que o Estado vai arcar definitivamente com esse custo, ou seja, o que ele vai
238 fazer – como existe risco à saúde humana e ao meio ambiente, vão ser tomadas medidas
239 imediatamente e depois o IAP e o Estado do Paraná vão buscar o ressarcimento dessas
240 empresas pela via administrativa ou judicial.

241 Esse é o balizamento que precisava até para adequar o funcionamento da Câmara.
242 Porque o projeto original fala em agrotóxicos obsoletos que é uma concepção bem ampla.
243 Então podem ter agrotóxicos vencidos ou apreendidos pela fiscalização, mas que seja
244 possível identificar quem os produziu. Se o Estado através de seus órgãos e autarquias
245 não conseguir que essas empresas façam o recolhimento, cabe aos órgãos jurídicos – seja
246 IAP ou seja a PGE buscar essa obrigação de fazer judicialmente. A gente menciona,
247 também, o Projeto de Lei de nº 52/2008 de autoria do atual deputado Luiz Eduardo Cheida
248 que era Secretário do Meio Ambiente e que isenta as pessoas físicas e jurídicas que se
249 autodenunciarem num prazo que está especificado na Lei, para propiciar o maior

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

250 conhecimento do universo desses agrotóxicos proibidos que não se tem, ainda, uma
251 dimensão real.

252 São feitos alguns comentários sobre esse Projeto. Entendemos que a isenção de
253 sanções administrativas nas hipóteses de autodenúncia num prazo razoável, pode ser de 6
254 meses, 1 ano é imprescindível até porque em muitos casos esses proprietários rurais
255 ficaram como depositários fiéis desses agrotóxicos e mostraram uma atitude de
256 colaboração com o Estado até que se resolva a destinação final. O que não pode e aí é
257 competência da União isentar das sanções penais. O Estado não pode via lei estadual
258 dizer que não cabe sanções penais. Mas entendo que se necessário possamos chamar o
259 Ministério Público para integrar esse convênio. Acredito que isso não é um risco maior,
260 apesar de não ser possível uma lei estadual dispor sobre a isenção de sanções penais.

261 Só tem um tópico que foi objeto de discussão na Câmara e que levantamos no
262 parecer, assim: como não se sabe qual é o universo real desses agrotóxicos, em que
263 condições estão armazenados, se houve contaminação de lençol freático, se houve
264 contaminação de solo – não se sabe a gravidade dessa situação -, pode haver
265 circunstâncias em que seja necessário fazer um Termo de Ajustamento de Conduta com
266 esses proprietários ou com essas empresas. Porque vão ser situações que demandem
267 remediação, monitoramentos, situações mais graves do que um mero recolhimento e
268 disposição final dos agrotóxicos. Então estamos sugerindo que haja a previsão dessa
269 hipótese num eventual convênio. Mas também que o Poder Público não fique amarrado,
270 não significa que vá apenar, ou seja, o proprietário estará isentado de sanções
271 administrativas, mas, talvez tenha que se submeter a um monitoramento; talvez tenham
272 que ser adotadas medidas técnicas para resolver o problema.

273 Esse Parecer já foi aprovado pelo Procurador Geral e deve estar chegando porque
274 foi uma cópia para cada Secretaria interessada: Suderhsa, IAP, Seab, Sesa... Só não
275 tenho a versão assinada do Procurador Geral, mas posso disponibilizar para os senhores
276 por e-mail amanhã ou depois. Estou à disposição para quaisquer questionamentos.
277 Obrigada.

278 O **Sr. Allan Jones dos Santos** (SEMA):- Agradecemos à Conselheira e
279 Procuradora Ana Graf pela informação e abrimos a palavra.

280 O **Sr. Adriano Riesemberg** (SEAB):- Fico bastante satisfeito com o resultado do
281 trabalho da PGE, porque nós do Departamento de Fiscalização, que fiscalizamos o
282 comércio e o uso de agrotóxicos rotineiramente ou não em poucas ocasiões a gente tinha
283 essa demanda. Não dos agrotóxicos que estão nos estabelecimento comerciais, mas,
284 esses que estão nas propriedades, como a Dra. Ana colocou, via de regra, sem
285 identificação, sem embalagem, da forma mais precária possível e nessa situação o Estado

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

286 não tinha pelo menos a SEAB nunca teve uma estrutura para fazer o recolhimento. Não
287 poderíamos imputar ao agricultor, muitas vezes aquele agricultor que já adquiriu a
288 propriedade e encontrou ali depósitos clandestinos desses produtos tóxicos. Até porque
289 estaria incorrendo em irregularidades porque ele não teria o transporte adequado, a
290 condição de manuseio daquilo. Queria esclarecer que quando encontramos produtos nos
291 comércios que por qualquer razão estejam impróprios para o uso, ou seja: vencidos ou
292 proibidos por alguma razão determinamos que o fabricante recolha. Mas esse caso das
293 propriedades era algo que o Estado não tinha uma estrutura, um aparelhamento. Acredito
294 que esse projeto piloto com a infra-estrutura que já foi usada em episódios anteriores que
295 quero fazer referência ao caso de Tamarana, quando o INPEV, não sei se na época era o
296 INPEV, mas, enfim, eram os fabricantes que acabaram acondicionando isso de uma forma
297 adequada, recolhendo e fazendo incineração em São Paulo. É assim que imagino que vá
298 funcionar com esse projeto piloto. Gostaria de dizer que na semana passada tivemos uma
299 notícia que na região do município de Arapongas, o abastecimento de água da cidade foi
300 suspenso, as análises que a Sanepar vinha fazendo indicava alguns ingredientes ativos de
301 agrotóxicos que são legalmente colocados no comércio, pelas análises, de contaminação
302 de produtos que, tecnicamente, já não são agrotóxicos, não têm mais recomendação de
303 uso. São produtos tóxicos que estão aí num passivo de muitos anos que, provavelmente,
304 possa ser BHC ou coisas do gênero. E é um problema que está acontecendo agora.

305 Imagino que com a colocação da questão legal do que é possível fazer, o Estado
306 não possa mais agora deixar de proceder ao efetivo recolhimento desses produtos quando
307 encontrados. Essa é a minha manifestação e o esclarecimento que queria fazer. Obrigado.

308 **O Sr. Jorge Augusto Callado** (Faculdade Espírita):- Estou aqui representando a
309 Câmara Técnica que tratou do assunto. Agradecemos à PGE por esse posicionamento,
310 isso significa um avanço na solução dessa situação. Relembrando que independente de
311 identificação os produtores continuam com a proposta de bancar esse processo em torno
312 de 50%. Os outros 50% seria para o Estado e está sendo discutido ainda esse percentual.
313 Mas só lembrando que o Estado na década de 70 também incentivava e até financiava a
314 compra desses produtos, na época da expansão das fronteiras agrícolas. Então a
315 responsabilidade recai, realmente, sobre toda a sociedade.

316 **O Sr. Silvio Krinski** (Federação da Agricultura):- Estou representando o Tourinho
317 que seria a pessoa que estava conduzindo os trabalhos junto à Câmara técnica.
318 Infelizmente ele teve uma viagem de última hora a Brasília e vim só para transmitir alguns
319 recados, para que seja informado como está o andamento do trabalho com relação a esse
320 estudo da Câmara Técnica do BHC. Os trabalhos estavam paralisados esperando um
321 posicionamento da PGE e a partir desse posicionamento que foi dado no dia de hoje,

322 acredito que não teria porque não continuar esses trabalhos. Porque temos um passivo
323 muito grande dentro do Estado e que não é somente um reflexo em cima da propriedade,
324 em cima de toda a população inclusive a cidade. Acho que é de extrema urgência agirmos
325 em cima disso.

326 **O Sr. Allan Jones dos Santos (SEMA):**- Obrigado. Dando prosseguimento à pauta
327 passaremos ao informe sobre as espécies exóticas que será apresentado pela equipe do
328 IAP.

329 **A Sra. Sivia Ziler:**- Boa tarde, meu nome é Sílvia Ziler – sou Diretora Executiva do
330 Instituto de Desenvolvimento e Conservação Ambiental que vem assessorando o IAP
331 nesse assunto. Também represento o Programa Global de Espécies Invasoras que foi
332 criado pela Comissão Sobre Diversidade Biológica em 1996, justamente para assessorar
333 os países no desenvolvimento desse tema que ainda é pouco conhecido. Nesse ano
334 quando houve a COP 9, na Alemanha, esse tema de espécies invasoras foi um dos temas
335 centrais e tem feito com que os países tenham tido um pouco mais de consciência e um
336 pouco mais de atividade sobre o assunto.

337 Reconhecendo esse problema estamos trabalhando, agora, com vários países aqui
338 na América Latina, também envolvidos com redes regionais, programas regionais e com o
339 Ministério do Meio Ambiente que há mais ou menos um mês fez a primeira reunião com a
340 Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Invasoras que vai assessorar, agora, o
341 Comissão Nacional de Biodiversidade. A Comissão está discutindo a aprovação de um
342 plano nacional para tratar desse assunto. Aqui no Brasil temos trabalhado também e
343 alguns estados são pioneiros e o Paraná mais que todos, quanto à criação e orientação de
344 medidas práticas do controle de espécies invasoras nas unidades de conservação e com o
345 desenvolvimento de um programa estadual que a Odete, do IAP, irá detalhar.

346 Gostaria de comentar que o Estado do Espírito Santo e o Estado de Santa Catarina
347 estão repetindo esse processo com base no exemplo do Paraná.

348 **A Sra. Odete Carpanezi (IAP):**- Boa tarde a todos. Trabalho no IAP com esse tema
349 de espécies exóticas invasoras. Viemos fazer esta apresentação porque estamos lançando
350 um Programa sobre Espécies Exóticas Invasoras no Estado do Paraná. O Paraná, como a
351 Sílvia falou, é pioneiro. Lançamos, inicialmente, um trabalho para executar dentro das
352 unidades de conservação – esse trabalho já tem um ano de execução e é um exemplo em
353 todo o Brasil. Depois lançamos uma lista de espécies exóticas invasoras que é a primeira
354 do Brasil e vários países nos têm congratulado pela iniciativa e vários Estados têm copiado
355 a lista.

356 Estamos lançando um programa para final do ano ou início do ano que vem, é um
357 programa que estamos trabalhando e sentimos necessidade de trabalhar nesse programa

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

358 porque as espécies invasoras ultrapassam fronteiras. Então elas ultrapassam as nossas
359 unidades de conservação que é uma recuperação ambiental nas unidades de conservação
360 com a retirada das exóticas. O Parque de Vila Velha é um exemplo, um exemplo que
361 estamos disseminando pelo Brasil e pelo Mundo. Fomos apresentar em Bariloche ano
362 passado e foi um sucesso.

363 Estamos trabalhando nesse programa, e não vamos apresentar aqui porque não
364 temos tempo e não é o momento, mas, podemos apresentar na Câmara Temática e quem
365 tiver interesse pode trazer as contribuições. O programa se compõe de 4 componentes: um
366 de administração, de coordenação geral onde teria todo o banco de dados; um
367 componente de controle, monitoramento e erradicação que seriam ações de execução e o
368 componente de capacitação porque é um tema que é muito pouco conhecido. Nós, do IAP,
369 começamos a trabalhar há dois anos, tem pouca pesquisa, a gente está trazendo as
370 universidades. Participei da Agenda 21 das universidades, para trazer as universidades
371 para dentro das nossas unidades de conservação para trazer os dados e trabalharmos
372 juntos. Tem o componente então de capacitação e o componente de políticas públicas.
373 Temos instrumentos frágeis de trabalhar com espécies exóticas, principalmente, quando
374 vamos trabalhar na execução dentro das unidades de conservação.

375 Quero deixar bem claro uma coisa muito importante. O IAP tem um programa, não é
376 um programa de erradicação e de trabalhar só com espécies exóticas, o IAP não tem uma
377 política contra. Ele reconhece a importância de algumas espécies exóticas invasoras para
378 a produção, para a economia como a questão do pinus, como a questão da tilápia. O IAP
379 trabalha na não contaminação dos ambientes naturais e é um programa do IAP e da
380 SEMA. Estou falando isso porque é uma política nossa e isso está escrito no nosso folder.
381 Não somos contra a produção, ou o cultivo ou à criação de espécies exóticas invasoras. O
382 IAP e a SEMA têm a política de evitar a contaminação de ambientes naturais e isso é o
383 nosso propósito na conservação de biodiversidade. Muito obrigada e estamos à
384 disposição.

385 **O Sr. Allan Jones dos Santos (SEMA):**- Parabéns pelo trabalho, pela iniciativa que
386 é muito importante e colocamos a palavra aberta para os conselheiros que queiram se
387 manifestar.

388 **A Sra. Rosana Gnipper (SOS BICHO):**- Encontrei com a Odete na Agenda XXI das
389 universidades e perguntei a ela qual é a forma de controle que o IAP está pensando de
390 implantar com relação à fauna. Ela não é especialista em fauna, mas, sim, em flora. Então
391 gostaria que fosse trazido a este Conselho na próxima reunião a parte então da fauna para
392 que soubéssemos como que o IAP vai lidar com as espécies que ele considera invasoras.
393 E vou falar para os Conselheiros como comentei no evento, que nós da defesa dos

394 animais, da defesa da fauna achamos de tremendo mau gosto o nome invasor. Porque na
395 verdade não achamos que seja um termo adequado, porque para nós o termo invasão
396 remete a uma intenção. O invasor é alguém que invade, aquele que invade um território, é
397 mais ou menos essa a conotação. Então, ele está ciente do que está fazendo. No caso de
398 um animal que foi introduzido, ele não chegou lá porque quis – ele foi introduzido, ele foi
399 trazido. Aí ele é considerado invasor e é o que temos visto e aí os meios de controle que
400 temos visto são o recolhimento e a morte desses animais. Aí que entramos para defender.
401 Achamos que como política de Estado, inclusive de nação, temos que encontrar meios de
402 proteger esses animais porque eles não estão aqui por acaso, alguém trouxe. Agora se
403 tornaram inconvenientes, colocam a nossa fauna realmente em perigo - reconhecemos e
404 entendemos isso -, mas não podem pagar com a própria vida por um erro que foi nosso no
405 passado. Gostaríamos de avançar e poder participar dessas discussões entendendo o
406 conjunto, entendendo que é complexo. Resumindo: não entendemos que os animais têm
407 que pagar com a vida por um erro que foi nosso.

408 **A Sra. Silvia:-** Esse termo “invasoras” não foi um termo criado por nós, ele é um
409 termo que sai diretamente do convênio sobre diversidade biológica, é um termo adotado no
410 meio científico de forma internacional e faz parte da ciência das invasões biológicas. Não é
411 uma escolha. Considero que seja um termo adequado em função de que a CDB considera
412 invasoras aquelas espécies que têm impacto sobre outras espécies, sobre o habitat ou
413 sobre ecossistemas e que em geral também tem impacto econômico, social, cultural ou à
414 saúde humana. A questão dos métodos de controle posso adiantar que isso é muito
415 variável e para cada espécie e para cada ambiente tem uma solução diferente. Não é uma
416 coisa única que sirva para vários animais, depende muito do contexto e das possibilidades
417 da estrutura do órgão que vai fazer, de poder contratar terceirização. É muito relativo. O
418 que podemos trazer são alguns exemplos de casos bem sucedidos das Ilhas Galápagos e
419 de outros locais do mundo onde houve a erradicação de fauna.

420 A questão do controle sempre é difícil, sem dúvida é um tema complexo e, por
421 vezes, a eliminação está ligada à questão da incapacidade estrutural de armazenamento,
422 distribuição e tudo mais. Imagina se fôssemos juntar todos os caramujos gigantes africanos
423 aqui no litoral do Paraná e querer estocar em algum lugar. É praticamente impossível fazer.
424 Se não fizermos nada estaremos abrindo mão da nossa fauna e trocando nossa fauna por
425 medo das espécies de fauna exótica que vão tomar tudo, esse é o problema. Esse é o
426 desafio.

427 **A Sra. Odete (IAP):-** Deixa só falar um pouquinho sobre a questão do IAP dos
428 planos de ações que estão sendo trabalhados junto com o Conselho de Fauna. Eles estão
429 trabalhando planos de ações, então tem diversas espécies exóticas invasoras e eles

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

430 escolheram algumas. E esse Programa está propondo fazer uma interface com a
431 Secretaria da Agricultura, da Saúde e da Educação estamos trabalhando em conjunto e
432 propondo essa transversalidade que é para trabalhar os temas em conjunto. Porque tem
433 implicação tanto na saúde, como no meio ambiente e como na agricultura.

434 Foram definidos alguns planos de ações e cada um tem uma maneira de ser
435 discutido. A Sociedade Protetora dos Animais faz parte do Conselho de Fauna e está
436 sendo discutido juntamente com ele.

437 O **Sr. Allan Jones dos Santos** (SEMA):- O momento agora não é para debater, é
438 apenas um informe sobre a fauna e é uma sugestão para constar na próxima reunião,
439 também como foi lido hoje um informe sobre a fauna.

440 A **Sra. Rosana Gnipper** (SOS BICHO):- Só para esclarecer já que você citou que a
441 Sociedade Protetora dos Animais faz parte do Confauna, te digo que não faz. Conhecemos
442 a Sociedade Protetora e são nossos parceiros de trabalho. Então queria saber como que
443 tenho acesso aos membros que compõem Confauna, porque estivemos na reunião de
444 instalação e o processo não foi tão democrático quanto pode estar sendo colocado aqui. E
445 gostaríamos muito de ter estado nesse Conselho desde o início. Queremos uma Câmara
446 Técnica aqui, neste Conselho, para tratar da questão dos pombos onde o Mauro Brito que
447 é a pessoa que você citou, é o Coordenador dessa Câmara Técnica, que as informações
448 relativas a esse assunto tratadas no Confauna nunca foram trazidas ao conhecimento
449 dessa Câmara Técnica para que pudéssemos incluir no nosso relatório.

450 O **Sr. Roberto Gava** (FIEP):- Sr. Presidente, Conselheiros e Conselheiras. A
451 propósito disso, das plantas exóticas, apenas no sentido de reforçar esse trabalho, nós que
452 atuamos na área de plantio de árvores exóticas – principalmente o pinus que está bem
453 citado aí, queremos informar que a nossa parte estamos fazendo. Estamos numa auto-
454 educação muito grande e já está tornando-se famosa a frase que criamos, mas ela tem um
455 sentido pedagógico. Sempre costumamos dizer que o pinus é o maravilhoso tigre verde
456 cujos filhotes devem permanecer nas jaulas dos pais. Não tem nada de sair. Essa é a
457 colaboração que estamos dando a esse setor, obrigado.

458 O **Sr. Fernando Pilatti** (UEPG):- Recentemente, mais ou menos um mês e meio
459 atrás assisti uma palestra na Universidade Estadual de Ponta Grossa ministrada pelo Sr.
460 Nivaldo Kruger, que é titular de uma secretaria ou de um órgão recém criado
461 extraordinariamente, fazendo uma divulgação e uma apologia econômica a respeito do
462 pinus e do eucalipto, principalmente uma melhoria de renda a pequenos proprietários.
463 Indaguei a ele se havia um mapa de possível plantação desses pinus e um mapa restritivo
464 de plantação. Ele disse que não tinha, que as plantações devem acontecer em pequena
465 escala, nunca em larga escala e que seria um fator econômico. Perguntaria: o IAP tem

466 alguma relação com esse órgão recém criado e um mapa de possibilidades de plantio ou
467 não?

468 **A Sra. Odete (IAP):-** Não tenho, desconheço. Conheço que tem um zoneamento
469 que estava sendo trabalhado na SEMA e nesse zoneamento poderia ser trabalhado isso.
470 Acho que seria uma questão, uma temática a discutir. Não é tanto o avanço do pinus, mas
471 a conversão dos campos naturais, essa que é a preocupação – eu acho -, do Pilatti, essa
472 conversão dos campos naturais é o que mais preocupa e a falta de controle. Temos
473 conversado com as empresas florestais e o Gava até participou de uma ação em Vila
474 Velha, fizemos uma parceria com a APRE e tiramos 500 mil pinus de invasão do Parque
475 Estadual de Vila Velha. Foi um trabalho bonito, interessante e está lá até hoje. É um
476 exemplo que temos passado pelo mundo. Mas é um trabalho que poderia ser discutido na
477 Câmara Técnica, principalmente a conversão e a conversão para o pinus nas áreas de
478 campo em que o pinus é problemático. As empresas florestais têm trabalhado no sentido
479 de fazer cortinas para evitar a invasão, para evitar a disseminação. Esse é o trabalho que
480 queremos implementar com o programa.

481 **O Sr. Fernando Pilatti (UEPG):-** Só estranhei, ele, titular de uma Secretaria dessa,
482 de um órgão desse extraordinário não ter uma restrição. Porque o problema dele, na
483 verdade, não é o plantio e a produção por si só, é a disseminação para áreas naturais. A
484 universidade firmou agora, em agosto, um convênio com a Copel para a erradicação dos
485 pinos que estão às margens da Represa do Alagados em terreno da própria Copel. Serão
486 erradicados, têm estudos para a erradicação deles, eles estão em área de declive
487 acentuado, de solo muito raso. A Embrapa estará participando também desses projetos
488 que são estudos preliminares para a erradicação do pinus e o que se repõe lá. Houve o
489 convencimento da Copel e esse projeto está para sua execução e estudos. Mas gostaria
490 que um órgão oficial do Estado entrasse em contato com outro órgão oficial do Estado para
491 que munisse essa pessoa, esse titular de um mapa pelo menos de restrição das APP,
492 onde pelo menos não pode!

493 **O Sr. Allan Jones Santos (SEMA):-** Agradecemos pela apresentação da Odete e
494 da Silvia. Este assunto é apaixonante. Passamos ao informe da Conselheira Vânia sobre
495 PCH's.

496 **A Sra. Vânia Mara Dos Santos (ING):-** Tivemos notícias agora há poucos dias de
497 que em Prudentópolis, no Rio dos Patos, logo depois do Salto Barão do Rio Branco, três
498 PCH's seriam feitas. O que vai gerar com certeza um problema ambiental muito sério. Não
499 apenas um problema ambiental, mas, um problema turístico e não consegui informações.
500 Na realidade gostaria de solicitar que o IAP trouxe ao Conselho informações a respeito
501 disso, porque já há alguns anos atrás tivemos a mesma questão no Salto São João e

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

502 também no Barão do Rio Branco. Na época a população fez uma mobilização e inclusive
503 nem foi dada a anuência para o estudo de impacto ambiental. Hoje pelo que ficamos
504 sabendo parece que o prefeito já deve ter assinado essa anuência, mas isso deve ter um
505 trâmite dentro do IAP. Gostaríamos de ter essas informações até para poder posicionar a
506 própria população e mobilizar novamente para que isso não ocorra.

507 O **Sr. Allan Jones Santos** (SEMA):- Isso está registrado e será feita a informação
508 necessária. Vencida a parte dos informes, vamos passar para colocar em votação a Moção
509 a respeito da BR – 101 que foi objeto da 71ª Reunião. Como esse assunto já foi debatido
510 colocaria isso em votação. Os Conselheiros que aprovam essa Moção da BR – 101 que se
511 manifestem pela aprovação. Está aberta a palavra para as colocações necessárias.

512 O **Sr. Nivaldo Eduardo Rizzi** (Seti):- Acho que poderia ser melhorada essa questão
513 final aí, muito embora a gente saiba que esse projeto tem um impacto ambiental,
514 econômico e até um custo social muito grande no custo da obra. Mas acho que essa última
515 aí de “resolver manifestar-se contrário à obra planejada...”, tem que arrolar alguns itens de
516 motivos. Acho assim: tem uma probabilidade de que o EIA/RIMA será analisado com certa
517 preocupação pelo próprio IAP; tem uma questão da falta de análise preliminar desse
518 posicionamento do próprio IAP, acho que é um considerando; tem um considerando de que
519 os impactos ambientais ainda não estão sendo devidamente analisados e também um
520 considerando de impactos econômicos de inviabilidade e de custo de obras significativo. E
521 também mesmo aquele parágrafo lá em cima, o penúltimo, aquele que diz que existem
522 outras alternativas viáveis, esse também poderia ser um considerando lá embaixo. Porque
523 ainda não se estudou alternativas viáveis para a resolução desse problema de gargalo.
524 Não sei se não teria que dar uma melhorada nesse final.

525 A **Sra. Ana Cláudia Bento Graf** (PGE):- Também tenho algumas sugestões de
526 redação. Não mudaria tanto. Acho que os considerandos integram a Resolução e eles
527 justificam a posição que está no final. Mas, basicamente, minha sugestão é alterar esse
528 último parágrafo: em vez de manifestar-se desfavorável, *manifestar-se desfavoravelmente*
529 *à obra planejada...*; na segunda linha “no Litoral” em letra minúscula.

530 Estou vendo alguns errinhos de redação que depois posso passar para a Secretário
531 Executiva – falta um ‘s’, falta uma vírgula são bobagens mas que melhoram a Resolução
532 no final. Minha proposta é esta.

533 O **Sr. Roberto Gava** (FIEP):- Dentro dessa linha de arredondar melhor a resolução
534 tenho uma observação ali na 2ª folha 3º§, mudar a palavra sofrerão por *terão* impacto.
535 Porque esse impacto se for positivo não é sofrível. Acho fundamental isso. Já na essência
536 da Moção sugiro que seja acrescentado *manifestar-se em princípio*. Porque no final
537 poderá o próprio IAP, o próprio Conselho ser favorável. Então, *em princípio* ele é

538 desfavorável, mas não significa que fechou a porta. E na penúltima linha onde é a proposta
539 de solicitar o encerramento de qualquer estudo. Sugiro trocar *cancelamento por*
540 *arquivamento* ou *aprofundamento* dos atuais estudos referentes à citada rodovia. Essa é
541 minha proposta.

542 **O Sr. Adriano Rieseberg** (SEAB):-Salvo os erros de português quero fazer a
543 defesa do texto integral da Moção. Porque acho aqui o que importa, neste momento, é
544 sermos claros qual a posição do Conselho para essa obra. Papel aceita tudo! A gente
545 assiste aí os representantes do DNIT e tal, eles vêm, eles falam, eles têm números e
546 discursos muito bonitos. Faço parte do SENGE – Sindicato dos Engenheiros do Estado do
547 Paraná e temos discutido bastante isso aqui: essa obra só se justificaria, os estudos só se
548 justificariam se essa obra realmente não tivesse outra alternativa, se ela fosse essencial,
549 imprescindível e não é o caso. Os impactos são certos, não há o que discutir. E é provado
550 por técnicos, por pessoas de gabarito que as alternativas existem e foi colocado no debate
551 aqui apesar de não ter participado da última reunião. Mas sei que a questão da alternativa
552 marítima foi colocada. Acho que quando foi feito o texto da Moção a intenção era uma
553 manifestação clara de contrariedade. Acho que não pode haver dúvida disso. Tirando os
554 erros de português e concordo com a Dra. Ana Graf, mas manter a integralidade do texto
555 com esse viés.

556 **O Sr. Nivaldo Eduardo Rizzi** (SETI):- Retiro as minhas observações.

557 **O Sr. Allan Jones dos Santos** (SEMA):- Uma proposta seria pela integralidade do
558 texto, apenas com as correções e a outra seria a palavra *em princípio*, porque
559 desfavoravelmente apenas corrige e não há alteração no entendimento. Seria a palavra *em*
560 *princípio* que realmente altera o texto e a intenção. Isso ficou bem claro que o sistema do
561 meio ambiente é manifestamente contrário a essa obra. Qualquer intervenção na Serra do
562 Mar na área de Guaraqueçaba, isso acho que ficou bastante claro para todo mundo. Aqui
563 tem que ficar claro qual é o objetivo dessa Moção que é realmente ser contrário ao que foi
564 proposto. Vamos colocar as proposições em votação. Os Conselheiros que são favoráveis
565 que se coloque o termo *em princípio* queiram manifestar-se pela aprovação – 3 votos
566 favoráveis. Essa proposta foi derrotada. A outra proposta seria ao invés do *cancelamento*
567 de quaisquer estudos... pela palavra *arquivamento* que também tem uma diferença que
568 devemos levar em consideração. Os Conselheiros que concordam com essa proposta
569 queiram manifestar-se pela aprovação – 1 voto favorável mantém-se o texto original
570 apenas com as correções ortográficas.

571 Tem também uma terceira proposição do Conselheiro Roberto Gava que seria
572 substituir a palavra *sofrerão por terão impactos* que também altera o significado. Os

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

573 Conselheiros que concordam com essa substituição está em votação – 1 voto favorável,
574 portanto, permanece o texto original.

575 O segundo é a respeito da Resolução que trata dos procedimentos para a eleição
576 dos representantes das entidades ambientalistas não-governamentais, como membros
577 indicados no Conselho Estadual do Meio Ambiente.

578 **A Sra. Rosana V. Gnipper (SOS BICHO):-** Só uma Questão de Ordem. Não escutei
579 a palavra APROVADA na Moção.

580 **O Sr. Allan Jones dos Santos (SEMA):-** A Moção foi APROVADA. Obrigado pela
581 Questão de Ordem. Como dizia essa resolução foi editada *Ad referendum* do Conselho e é
582 a manifestação sobre essa Resolução para que ela possa ser aprovada, porque isso já
583 está, senão me engano, em andamento. Abro a palavra para os Conselheiros que queiram
584 manifestar-se.

585 **A Sra. Rosana V. Gnipper (SOS BICHO):-** Só queria um esclarecimento no art.1º.
586 A cada nova gestão as entidades têm que renovar o seu cadastro, certo? Para mim não
587 ficou muito claro quando vocês falam aqui daquelas já cadastradas. Quer dizer, as
588 entidades que já estavam cadastradas não tiveram seu cadastro renovado e elas
589 concorrem com as novas? Não entendi direito esse artigo, Castella.

590 **O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):-** Aqui ficou a solicitação de
591 um novo cadastramento. As cadastradas seriam aquelas recadastradas até aquele pleito
592 de 28 de abril. Essa cadastrada são aquelas que seriam recadastradas e que solicitaram o
593 recadastramento.

594 **A Sra. Renata Garrett (IEPR):-** Só queria colocar que meu nome está errado, está
595 faltando um ‘t’ no Garrett.

596 **O Sr. Allan Jones dos Santos:-** Acha que é apenas uma questão de texto.

597 **O Sr. Roberto Gava (FIEP):-** Tenho também mais uma questão de texto e tenho
598 algumas sugestões. No art.3º - “candidatarem-se”, na minha opinião, falta o ‘se’. No art.6º §
599 único me parece necessário evitar a dubiabilidade de entendimento, seria acrescentar ali:
600 “critérios de desempate”, vírgula, na seguinte ordem prevalente. Ou seja, o item ‘A’ pode
601 eliminar o assunto. E não colocando isso há um caso em que um é mais antigo, mas,
602 protocolou-se primeiro e pode dar uma certa confusão. E no art.7º onde fala no sítio do
603 CEMA e lá embaixo no art.10º onde fala página – ou tudo é página ou tudo é sítio.

604 **O Sr. Allan Jones dos Santos (SEMA):-** Ok, os Conselheiros que aprovam ou
605 referendam essa Resolução queiram manifestar-se pela aprovação, com as ressalvas do
606 Gava: APROVADA a Resolução.

607 **O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretario Executivo):-** Antes do Dr. Allan fazer o
608 encerramento gostaria só de comunicar que essa reunião é a segunda do ano, teremos

TRANSCRIÇÃO DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

609 mais uma. Mas a próxima que haverá este ano teremos a mudança dos membros
610 indicados. Conforme trata a Resolução 66/08, teremos novas instituições não-
611 governamentais na próxima reunião para tomar assento e o processo de eleição já está
612 acontecendo e já está em fase de conclusão, agora no dia 8 praticamente concluída. Aí
613 teremos a mudança também nas outras cadeiras de membros indicados.

614 A próxima reunião que deverá acontecer, fazendo uma pré-agenda para novembro,
615 devendo acontecer no dia 18 de novembro logo após o feriado. Teremos então a última
616 reunião do ano e a primeira reunião dos membros indicados. Na próxima teremos pessoas
617 novas assentadas e discutindo novos assuntos e onde, trataremos também daqueles
618 membros permanentes, a renovação das Câmaras Temáticas. Gostaria dos membros
619 permanentes das secretarias e das outras instituições que pudessem trazer assunto de
620 pauta. Ficando claro que vamos tratar da renovação das Câmaras Temáticas.

621 O **Sr. Allan Jones dos Santos** (SEMA):- Esgotada a pauta, porém antes de
622 encerrar e como esta é a última reunião de muitos membros, deixo a palavra em aberto
623 para os conselheiros que quiserem se manifestar. Não havendo manifestação
624 agradecemos a presença de todos desejando uma boa semana. Obrigado. Está encerrada
625 a 72ª Reunião Ordinária do CEMA